Em 2019, é que foi reconhecido como a imagem do escritor negro. Tem outros, Mário de Andrade, Cora Coralina, vários outros, Carolina de Jesus, várias escritoras e escritores, mas que o povo tenta invisibilizar.

E o que nós não queremos e não aceitamos mais... Não é que nós queremos ser tolerantes não, que as pessoas sejam tolerantes. Nós queremos é respeito. Não dá mais para aceitar essa história de "ele é preto, mas é de alma branca". Qual é a cor da alma de um ser humano? Alguém pode me dizer? Ou "ele é preto, mas é gente boa". Por quê? Por que gente boa são só os brancos?

Olha, a outra palavra dura de combater na questão do racismo é a palavra eu tenho "claro", vamos "esclarecer". São palavras difíceis, isso faz parte do racismo estrutural. A mesma coisa aconteceu comigo desde o dia 15 de março, em que nós fomos eleitos aqui na Mesa Diretora.

Desde o dia 15 de março, a grande imprensa publicou que a Assembleia Legislativa elegeu três homens. É verdade isso, na Mesa Diretora? É verdade. Três homens brancos, é verdade isso? Não é verdade.

Eu sou neto de escravizado e sou neto de bugre, portanto sou mestiço e assino como negro há mais de 20 anos na minha vida, desde quando entrei nesse debate, há mais de 30 anos.

Se vocês forem lá pegar minha primeira inscrição, na minha primeira eleição, lá em 2014, está lá no TRE: deputado Barba, cor negra. Por quê? Porque eu tenho origem, eu tenho ancestralidade.

Nós temos que combater todo tipo de preconceito. Nós temos que combater o racismo, nós temos que combater o machismo, nós temos que combater a transfobia, a LGBTfobia. Nós temos que combater a intolerância religiosa. Não dá para a gente aceitar certas coisas que nunca deveriam ter havido no mundo estarem ainda acontecendo.

Como está encerrando o meu tempo, para ir caminhando para os finais aqui, ainda não encerrou o Mês da Consciência Negra. Quinta-feira, dia 23, às 19 horas e 30 minutos, presidente André do Prado, o senhor nos autorizou a fazer aqui uma sessão solene que será aqui no plenário dos deputados.

Eu vou, nós vamos homenagear o ator negro Ailton Graça, autor do filme "Carandiru", de tapete vermelho, vários filmes. Recentemente, ele fez "Mussum, o Filmis". Eu fui assistir, muito bonito.

É um ator negro que não abandona a causa da luta negra, que não abandona. Por exemplo, está tentando recuperar a história da escola de samba Lavapés, que é uma das escolas mais antigas de São Paulo e que agora está disputando os grupos de bairro, tentando subir. Então é um ator que tem uma luta intransigente em defesa da causa negra, em defesa de políticas inclusivas. Então eu queria, desde já, agradecer.

Eu gostaria de que esse projeto tivesse sido um projeto dos 94 deputados, mas eu considero que é dos 94, porque não teve um deputado que obstruísse esse projeto, desde a discussão no congresso de comissões, desde o debate aqui, desde o dia da sua aprovação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Eu vou abrir mão da discussão para que a gente possa aprovar os três projetos da Defensoria Pública e do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Então o deputado Carlos Giannazi abre mão. Com a palavra a deputada Dra. Paula. A deputada Dra. Paula abre mão. Eu vou suspender por cinco minutos, até para a gente poder reunir as lideranças e afirmar os nossos acordos.

Está suspensa a sessão por cinco minutos.

* * *

- Suspensa às 18 horas e 14 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 07 minutos, sob a Presidência do Sr. André do Prado.

* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Reaberta a sessão. Dando sequência à lista de oradores inscritos para discutir, com a palavra a Dra. Paula da Bancada Feminista. Deputada Dra. Paula abre mão.

Com a palavra o deputado Luiz Claudio Marcolino. Abre mão também da discussão. Com a palavra o deputado Simão Pedro. Ausente. Para discutir contra a deputada Márcia Lia. Abre mão também. Deputado Dr. Jorge do Carmo, para discutir. Abre mão também da discussão.

Não havendo mais oradores inscritos para discutir, em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esta Presidência retifica a convocação da sessão extraordinária de hoje, para constar que tenha como finalidade a seguinte Ordem do Dia:

* * *

- NR - A retificação à Ordem do Dia da 52º Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. de 22/10/2023.

* * *

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Havendo acordo de lideranças, solicito o levantamento da sessão.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Então, antes de levantar a sessão, esta Presidência comunica que, cumprindo determinação constitucional, aditou a Ordem do Dia com o Projeto de lei nº 1.477, de 2023, de autoria do Sr. Governador, bem como os seguintes projetos de lei vetados: 309, de 2017; 233, de 2018; 514, de 2021; 254, de 2022; 10, 280 e 308, de 2023.

Então, havendo acordo entre as lideranças, antes de dar por levantados os trabalhos, convoco V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, a realizar-se à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje. Lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, 10 minutos após o término desta sessão.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 18 horas e 32 minutos.

* * *

21 DE NOVEMBRO DE 2023
52ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: ANDRÉ DO PRADO

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Abre a sessão. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PR 49/23, salvo emenda. Coloca em votação e declara aprovada a emenda, com parecer favorável da Mesa, ao PR 49/23. Encerra a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. André do Prado.

* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior. Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Discussão e votação do Projeto de resolução no 49, de 2023, de autoria da Mesa.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto, salvo emenda. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em votação a emenda com parecer favorável da Mesa. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Esgotado, então, o objeto da presente sessão, está encerrada a nossa sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão às 18 horas e 51 minutos.

* * *

22 DE NOVEMBRO DE 2023
141ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CARLOS GIANNAZI, REIS e GILMACI SANTOS

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - REIS

Por inscrição, faz pronunciamento.

4 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI

Endossa o pronunciamento do deputado Reis, criticando a gestão do governador Tarcísio de Freitas.

5 - REIS

Assume a Presidência.

6 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - PROFESSORA BEBEL

Por inscrição, faz pronunciamento.

8 - PROFESSORA BEBEL

Solicita a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.

9 - PRESIDENTE REIS

Defere o pedido e suspende a sessão às 14h31min.

ORDEM DO DIA

10 - GILMACI SANTOS

Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h30min. Coloca em votação e declara aprovados, separadamente, os requerimentos de constituição de comissão de representação: do deputado Rui Alves, com a finalidade de representar a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo na ISPO Munich - Feira Internacional de Esportes, no período entre os dias 26/11 e 01/12, em Munique - Alemanha; e do deputado Eduardo Suplicy, com a finalidade de representar a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo na 24ª Conferência Nacional da Advocacia Brasileira, no dia 29/11, em Belo Horizonte - MG.

11 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

12 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Anota o pedido. Cumprimenta deputados estaduais do Amazonas e de Santa Catarina, presentes no plenário.

13 - PAULO FIORILO

Para comunicação, faz pronunciamento.

14 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR

Para comunicação, faz pronunciamento.

15 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Defere o pedido do deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 23/11, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Dando início à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, com a palavra a deputada Carla Morando. (Pausa.) Com a palavra o deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Com a palavra o deputado Luiz Claudio Marcolino, que fará uso regimental da tribuna.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários e funcionárias da Assembleia Legislativa.

Sr. Presidente, começamos no dia de ontem o debate, no congresso de comissões, sobre a privatização da Sabesp. Na semana passada, no dia 16, tivemos aqui uma audiência pública, ouvindo as partes em relação a essa entrega de um patrimônio público importante, do estado de São Paulo.

O governador Tarcísio de Freitas encaminha à Assembleia Legislativa a venda de uma empresa importante do estado de São Paulo. Vossa Excelência, nobre deputado Carlos Giannazi, também é da região da zona sul de São Paulo.

Eu queria trazer uma imagem, um pequeno vídeo, mostrando um pouco do que foi a construção e estruturação dos principais sistemas de abastecimento da cidade de São Paulo. Machado, podia passar o vídeo?

* * *

- É exibido vídeo.

* * *

Mostrando todo o investimento que foi feito, no estado de São Paulo, para que tivéssemos o sistema Cantareira, tivéssemos a Billings, Guarapiranga. Então hoje, além da Sabesp fazer o controle de cheias do estado de São Paulo, ela também é responsável pelo abastecimento de toda a Grande São Paulo. Aqui, a represa Guarapiranga, ela é responsável pelo fornecimento de água para 25% da população da Grande São Paulo.

A construção da represa Guarapiranga, ela foi feita inclusive, na época, pela empresa Light, que era para garantir a energia do estado de São Paulo, e depois virou reservatório.

Quer dizer, um investimento de mais de um bilhão de reais, um bilhão de dólares, em 66 que, além de garantir toda a produção de energia para a cidade de São Paulo, na época, garante hoje também o tratamento.

Aqui é o sistema Cantareira. A gente vê que tem várias represas hoje estruturadas no sistema Cantareira. Vou pedir para passar de novo, Machado, porque é importante que as pessoas prestem atenção.

Olhem essas imagens. Porque é isso que o governador Tarcísio está entregando para o setor privado do nosso país. Se puder passar novamente, Machado, acho que é importante mostrar essa referência.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

É isso. Estamos falando aqui que, hoje, a Sabesp representa 44 mil hectares, o equivalente a 200 Parques do Ibirapuera. São nove mil hectares de espelho d'água, 35 mil hectares dos entornos dos mananciais.

Estamos falando de uma entrega do patrimônio público que abastece sistemas produtores de água do Rio Claro, que é o Parque Estadual da Serra do Mar; Alto Cotia, que é a Reserva do Morro Grande; Guarapiranga, área de proteção ambiental Capivari-Monos; Alto Tietê, que representa Taiaçupeba; e Cantareira, que representa Atibainha, Cachoeira, Jacareí, Jaguari e Paiva Castro.

Então, estamos falando hoje de um atendimento de quase 14 milhões de moradores da Capital e da Grande São Paulo. Estamos falando de uma região que produz muita água no estado de São Paulo.

Foram mais de um bilhão de dólares, em 1966, para montar parte da estrutura da Cantareira e hoje o governo simplesmente quer vender, quer passar para a iniciativa privada sem um diálogo efetivo com a população.

Conversando com muitos prefeitos, os prefeitos do interior de São Paulo têm dito que são contrários à privatização dessa empresa tão importante para o estado de São Paulo. Temos conversado com vários vereadores também: o mesmo posicionamento. Conversamos com parte da sociedade civil organizada, que também é contrária à venda da Sabesp. O governador Tarcísio tem virado as costas para a população do estado de São Paulo.

Nós fizemos, junto com os movimentos sociais, um abaixo-assinado que foi entregue ontem no congresso de comissões, com os movimentos sociais e sindicais solicitando que haja um plebiscito e que a população possa decidir. Não é que um governo tem a caneta na mão... Foi eleito pelo povo, mas não foi eleito para fazer entrega de empresas importantes como a Sabesp.

O governo Tarcísio, inclusive, recua no debate eleitoral do ano passado, nas eleições que tinham, de um lado, o governador Haddad e, de outro lado, o candidato Tarcísio, que também era candidato a governador.

O Tarcísio ganha as eleições falando que não privatizaria a empresa Sabesp, mas que faria os estudos. Os estudos que ele fala que faria só seriam entregues ao Governo do Estado em fevereiro de 2024. Estamos em novembro de 2023 e o governo Tarcísio, mesmo sem a conclusão dos estudos, já quer entregar um patrimônio tão importante do nosso povo.

Então, faremos todo o esforço aqui na Assembleia Legislativa, seja no congresso de comissões, seja aqui no plenário, seja na mobilização nas ruas, para garantir que esse patrimônio público importante do estado de São Paulo não seja entregue para o setor privado do nosso país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Obrigado, deputado Marcolino. Com a palavra, a deputada Thainara Faria. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Deputado Alex Madureira. (Pausa.) Deputado Vinicius Camarinha. (Pausa.)

Deputada Fabiana Bolsonaro. (Pausa.) Deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputada Dani Alonso. (Pausa.) Deputado Lucas Bove. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputada Márcia Lia. (Pausa.)

Com a palavra, o deputado Reis, que fará uso regimental da tribuna.

O SR. REIS - PT – Quero saudar o presidente Carlos Giannazi, o público presente, os funcionários desta Casa, os integrantes da Polícia Civil, da Polícia Penal, da Polícia Técnico-Científica, da Polícia Militar, e todos aqueles e aquelas que estão nos acompanhando em suas residências pela Rede Alesp.

Presidente Carlos Giannazi, nós temos feito indicações e requerimentos de informações para o governo, e esse governo, que já recebeu vários títulos aqui, como "privatizador", "vendedor", "mercador", Tarcinóquio... Não sei se V. Exa. está sabendo disso.

Foi a Polícia Penal que passou a chamar o governador de Tarcinóquio, porque ele se comprometeu a, até 15 de agosto, mandar um projeto para regulamentar a Polícia Penal e também resolver a questão salarial e, até hoje, isso não aconteceu.

Então, eles passaram a chamá-lo de Tarcinóquio. Eu até falei para eles que não precisava disso. Para que chamar o governador de Tarcinóquio? É um absurdo, mas estão chamando.

Há uma série de coisas que o Governo fala e não faz. Nós temos a promessa do vale-refeição, que já era para ter sido reajustado. Era para ter isonomia entre os funcionários públicos. Há categorias com teto de 229 unidades fiscais e os demais com 156. O tíquete, o vale-refeição, continua 12 reais. Nós já comprovamos aqui que, com 12 reais, não se compra nada, mal dá para um pão com salsicha.

Agora foi editada uma portaria que tirou o direito de os policiais civis poderem se deslocar nas empresas de uma cidade para outra. Às vezes você tem um policial que mora em uma cidade e trabalha em outra. Ele tinha direito à gratuidade e agora, houve uma portaria suspendendo.

Nós fizemos indicação ao governador para ele corrigir isso. Fizemos indicação, fizemos requerimento de informação. Há uma indicação de minha autoria, nos termos do Artigo 133, inciso II, e 159, ambos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo:

"Ao excelentíssimo Sr. Governador do estado, que se digne a tomar as providências necessárias à remessa - aqui, projeto de lei, mas não precisa é um decreto - ou edição de decreto com vistas à concessão de gratuidade no serviço público de transporte coletivo intermunicipal rodoviário regular de passageiros aos policiais civis, militares, penais e técnico-científicos do estado de São Paulo, inclusive do Corpo de Bombeiros."

Hoje, os policiais militares ainda têm esse direito, quando eles estiverem fardados. Se não estiverem fardados, não têm esse direito. Mas os demais policiais - a gente pega a Polícia Penal, que às vezes está trabalhando em um presídio muito distante de sua residência - perderam o direito por meio dessa portaria, que foi publicada pela Secretaria de Parcerias e Investimentos do Estado de São Paulo. Mais uma vez, o Governo deixa os policiais na mão, porque eles tinham direito a esse transporte, a essa gratuidade.

Desde 24 de março de 2020, com a publicação do Decreto nº 64.884, os policiais civis e militares do estado, inclusive do Corpo de Bombeiros, eram isentos a tarifa relativa ao serviço público de transporte coletivo intermunicipal rodoviário regular de passageiros.

Tal decreto foi publicado no auge da situação da Covid-19. Ocorre que, para a felicidade da população, com o avanço da vacinação e a redução de número de casos de contágio pelo vírus, a situação pandêmica no estado reduziu drasticamente. Desse modo, não perdura a situação calamitosa.

Em 28 de julho de 2023, publicou-se um Comunicado Externo ao DPL nº 2, editado pela Agência de Transporte do Estado de São Paulo, ARTESP, desobrigando as empresas operadoras do serviço regular de transporte público de passageiros intermunicipal a cumprir este Decreto nº 64.884. Entretanto, tal medida não se mostra cabível, levando grave prejuízo aos nossos profissionais da Segurança Pública".

Então nós pedimos que o governador resolva isso, faça um decreto, edite um decreto corrigindo essa injustiça que está acontecendo com os policiais civis, principalmente os policiais civis, e policiais penais, que muitas vezes precisam da gratuidade no transporte, presidente, porque o salário já é muito ruim. O salário não é bom.

Mesmo com os aumentos - aumentos escalonados - que foram dados para os policias, não resolveu o problema da polícia. A polícia ainda tem um dos piores salários do País. Então o deslocamento, aquele direito, aquela gratuidade no transporte intermunicipal, que permite ir de uma cidade para outra para poder trabalhar, é de suma importância.

O Governo não pode ficar quieto, não pode ficar silente. Ele está vendo as coisas acontecerem, ele está vendo o que o seu secretário, os seus diretores e departamentos estão fazendo e fica quieto, omisso.

Eu já disse que é um Governo omisso. Além de ser um Governo - como já chamaram ele também - de forasteiros. Não sei se V. Exa. está sabendo que ele foi chamado de forasteiro também.

Está sendo chamado no dia a dia de forasteiro porque chegou aqui, assumiu o governo, ganhou o governo de São Paulo, mas a gente não sabe se ele tem projeto político de longo prazo, qual é o projeto dele.

É fato que ele chegou aqui e uma única coisa que ele pensa, presidente Giannazi, é vender. É um vendedor. É um mercador. É privatizar a Sabesp, é privatizar a CPTM, privatizar o Metrô. Ele só pensa nisso. Ele só vê isso na frente dele.

E as questões do funcionalismo, as questões do dia a dia que vão surgindo, e que vários parlamentares vêm nessa tribuna, denunciam e falam? Mas mesmo assim ele se omite. Então, além de ser um forasteiro, é um forasteiro omisso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Obrigado, deputado Reis. Chamo V. Exa. para presidir esta sessão. Parabéns pela sua intervenção. Realmente, o governador Tarcísio é um vendedor de São Paulo. É um corretor de imóveis. Está vendendo, liquidando o nosso estado.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Reis.

* * *

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Seguindo na lista de oradores, chamo para fazer uso da palavra o deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Emídio de Sousa. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputada Solange Freitas. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Reis, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, deputada Bebel, público aqui presente, telespectador da TV Assembleia.

Sr. Presidente, eu quero aqui repudiar veementemente o projeto de lei que foi aprovado ontem na Câmara Municipal de Holambra, projeto de lei enviado pelo Executivo, pelo prefeito da cidade, e a Câmara aprovou um projeto de lei, Sr. Presidente, retirando o direito ao vale refeição dos servidores municipais.

Olha o que diz aqui §2º do Art. 2º do Projeto de lei nº 30, deputada Bebel. Diz o seguinte: "perderão o direito ao auxílio alimentação, proporcionalmente ao número de dias do afastamento, os servidores que estiverem afastados do exercício do cargo em razão de licença para tratamento de saúde".

É um absurdo isso. Isso está virando moda, vários municípios retirando direitos, descontando até mesmo licença saúde, licença prêmio. Está virando uma festa dos governos, para atacar os servidores.

Então esse projeto foi aprovado ontem, na Câmara Municipal de Holambra. Houve manifestação, logicamente, dos servidores, mas infelizmente a Câmara Municipal me parece que é toda governista e acabou votando nesse projeto.

Na minha opinião, é um projeto inconstitucional. Porque, como que você vai tirar, vai descontar o vale alimentação de licença médica, licença para tratamento? Isso aqui é um absurdo total, até porque quando o servidor público está de licença médica, ele precisa, Sr. Presidente, se alimentar. Ele continua tendo necessidade de almoçar, de jantar. Então, como é que se retira esse direito conquistado historicamente pelos nossos servidores?

Então, daqui da Assembleia Legislativa, eu quero repudiar veementemente. Conversei com algumas professoras, com a professora Sara. Conversei também com os representantes do sindicato dos servidores de Holambra e da região, e eles vão tomar medidas judiciais, entrando com uma Adin para derrubar essa lei, que será, infelizmente, sancionada, porque o projeto foi encaminhado pelo próprio prefeito à Câmara Municipal.

Então, assim que a lei for sancionada, o sindicato vai entrar com uma Adin, logicamente, aqui no Tribunal de Justiça, com a medida judicial a fim de revogar essa lei, que será, infelizmente, sancionada pelo prefeito da cidade.

Aproveito também, Sr. Presidente, aqui da tribuna da Assembleia Legislativa, porque eu já vou lá para a comissão, para o congresso de comissões. Vossa Excelência fez um pronunciamento muito importante ontem, eu vi, e aqui também na tribuna em relação a nossa luta contra a privatização da Sabesp.

Mas antes eu queria também aqui manifestar o nosso apoio à mobilização dos servidores, sobretudo das servidoras municipais de Pirassununga, que estiveram também nesta semana mobilizadas na cidade pressionando a prefeitura, pressionando a Câmara Municipal a enquadrá-las na carreira do Magistério.

Elas são auxiliares de educação infantil e, no entanto, até agora não foram enquadradas, estão com os salários arrochados, defasados há muitos anos, não são valorizadas. Elas lutam, Sr. Presidente, pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial.

Enfim, elas são professoras de fato, mas não são reconhecidas como tal. Elas são do movimento Somos Todas Professoras e estiveram mobilizadas com o apoio do sindicato também.

O sindicato é uma ferramenta importante de luta dos servidores, das servidoras e dos trabalhadores em geral e há uma mobilização importante. Então faço aqui um apelo ao prefeito que, pelo menos, receba as professoras de educação infantil, o sindicato, para abrir um processo de negociação.

É o mínimo que a prefeitura tem que fazer em Pirassununga. Então todo o nosso apoio a vocês, ADIs, que são, na verdade, professoras de educação infantil, vocês que cuidam da primeiríssima infância.

Era isso, Sr. Presidente.

Eu vou me dirigir agora ao congresso de comissões e depois eu volto aqui para o plenário. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Continuando a lista de oradores, o próximo orador é o deputado Suplicy. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Valdomiro Lopes. (Pausa.) Deputado Atila Jacomussi. (Pausa.) Deputado Paulo Mansur. (Pausa.)

Deputado Dr. Eduardo Nóbrega. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputada Valeria Bolsonaro. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Guilherme Cortez. (Pausa.) Deputada Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente Reis. Cumprimento a mesa de trabalhos. Cumprimento os assessores à minha esquerda, à minha direita, público presente. Que bom ter gente na Casa; sempre é muito bom. E cumprimento também todos os que nos acompanham através da Rede Alesp.

Esta Casa por sorte, até por luta nossa, tem sido espaço de presença de público e tem que ser assim para que a gente, de fato, torne transparente todas as discussões e leis que entram nesta Casa. Uma que está em evidência é a privatização da Sabesp, a terceira maior empresa do mundo no que diz respeito à saneamento e tratamento da água e garantia de água potável - portanto, para a população - e, ao mesmo tempo, a privatização de um bem público que é a água.

Então é algo que nós temos que fazer. Uma luta, mas uma luta social, uma luta ampla, mais ampla do que os trabalhadores da Sabesp, mais ampla do que esta Casa, porque vai atingir todos.

E não bastasse isso, também nós temos na lista de projetos a PEC que reduz os recursos da educação de 30% para 25% e vai dar um rombo de 10 bi a menos na aplicação da educação, sob a justificativa de que vão ser utilizados na saúde, o que eu duvido. Quisesse usar, já teria usado. Não usou nada, nem na educação.

A educação não está perfeita no estado de São Paulo para sofrer perdas financeiras e orçamentárias. Então precisa, o Sr. Governador, demonstrar em que a educação no estado de São Paulo avançou, porque, mesmo que tivesse avançado,